

## **APROFUNDAR O DEBATE SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE COMBATE AO RACISMO NO BRASIL.**

01. O centro da tese que a **Chapa Vencer é Possível** está apresentando para o VII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores é apontar alguns fatores que podem auxiliar na análise crítica das estratégias de combate ao racismo que estão em marcha na sociedade brasileira desde o final do século passado.
02. Para tanto é necessário evidenciar qual é o tipo de diálogo que o movimento social negro tem travado com o Estado Brasileiro. O diálogo deverá objetivar as possibilidades e os limites das forças políticas que governam o Estado brasileiro, de incorporar e realizar políticas públicas de combate ao racismo.
03. É no jogo das relações políticas, isto é, das relações de poder, onde se trava o diálogo em questão, também chamado de negociação.
04. E no jogo das negociações a argumentação mais forte está no fato da incorporação do discurso e práticas de combate ao racismo se constituir em ganhos democráticos, principalmente, para as forças políticas que as implementam.
05. Quais são os setores sociais e forças políticas que estão abertos dispostos a enfrentar essa tarefa política ?
06. Qual é o caráter dessa ação política? Neoliberal, centro-esquerda ou Radical de esquerda?
07. As reformas da ação de combate ao racismo tem ocorrido na direção de quais grupos sociais?
08. Elas serão capazes de atingir quais camadas da população negra ?
09. Qual é o grau de exclusão que tal política responde ?
10. Qual é o alcance das reformas jurídicas e administrativas que estão em marcha? Quebrar o mito da democracia racial e a resistência da mentalidade racista e conservadora é tudo o que queremos?
11. Ou precisamos avançar na direção de impactos e resultados concretos na melhoria da qualidade de vida da população negra de nosso país ?
12. Essas questões são importantes para orientar as análises das estratégias de combate ao racismo da militância anti-racismo do Partido dos Trabalhadores em um período em que se esgota um modelo de participação política iniciado no primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso com a incorporação de reivindicações históricas do movimento negro, no plano jurídico-institucional, na perspectiva de atualizar a atitude das classes dominantes diante da questão racial negra.
13. Com a proximidade de oito anos de governo constatamos o que já afirmávamos na tese que apresentamos em 1996 no IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT: a impossibilidade de mudanças estruturais nas relações raciais em um governo de orientação neoliberal; a incapacidade de um governo do tipo em dar um novo tratamento as desigualdades raciais e na relação do Estado brasileiro com o racismo, a discriminação e o preconceito vigentes.

**O esgotamento de um ciclo: a negociação como principal estratégia para o combate ao racismo no Brasil**

14. Desde finais da década de 70, o chamado movimento negro brasileiro, nas suas diferentes formas e matizes ideológicos, tem se mobilizado para pressionar o Estado Brasileiro. A estratégia utilizada era a do diálogo ou se preferir, a negociação. Ela atendeu, ainda que parcialmente, às antigas reivindicações da parcela organizada da população negra, o que denominamos de movimento social negro contemporâneo.

15. Destacamos alguns exemplos da implementação dessa estratégia e de suas conseqüência na vida de negros e negras de nosso país.

16. A Lei Caó com a Constituição 1988 criminalizou o racismo e foi o resultado de uma mobilização parlamentar de centro-esquerda para atender às reivindicações do movimento social negro que se acumulavam desde a década de 70. Esse instrumento jurídico-político tem sido mais eficaz como uma simbologia que desmascara (denuncia) a farsa da democracia racial brasileira e ainda carece de recursos para que dispositivo legal possa punir os crime de racismo. Necessita de aperfeiçoamento.

17. A Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, instituída no ano de 1988 foi uma realização do governo Sarney como resposta a ampla mobilização do movimento negro contra farsa do centenário da Abolição. Este órgão público representou mais a institucionalização de uma estrutura pública de combate ao racismo no âmbito do governo federal, com pouca eficácia na gestação de políticas para a inclusão de população negra na vida política, econômica e cultural do país.

18. No governo de FHC, no ano de 1995, após a ampla mobilização dos 300 anos de Zumbi dos Palmares - que teve como seu ápice a Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida (que reuniu, naquele ano, cerca de 30000 pessoas de todo o país, em Brasília - a negociação resultou na formação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (o GTI) , criado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, no âmbito da Secretaria Nacional de Direitos Humanos - Ministério da Justiça, em 20 de novembro de 1995 e o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação(GTDEO), criado em março de 1996 no âmbito do Ministério do Trabalho, com a finalidade de sugerir medidas compensatórias à população negra em diversos itens tais como saúde, educação, mercado de trabalho e meios de comunicação.

19. Com a reeleição de FHC, no ano de 1998, ocorreu a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos com a função de formular políticas públicas e privadas de ações sociais para a redução das desigualdades no Brasil. Em relação à população negra, este programa apoia as medidas elaboradas pelo GTI, e propõe debate sobre a criação de cotas para negros nas universidades públicas, no mercado de trabalho e na mídia.

20. No ano de 2001, mais precisamente em outubro, um mês após a Conferencia Internacional Contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância, realizada na África do Sul, o Governo Federal cria o Conselho Nacional de Combate a Discriminação - CNCD, ligado ao Ministério da Justiça, com a finalidade de “propor e avaliar as políticas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos, grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância”.

21. Além dessa medida algumas ações de governo, como a do Ministério da Reforma Agrária, e de projetos em tramitação no Congresso Nacional, de iniciativa de parlamentares de diferentes partidos, introduzem o debate sobre as cotas como parte ou como instrumento da adoção de políticas afirmativas para a superação do racismo e das desigualdades raciais.

22. A atual posição do Governo Federal e os objetivos dos projetos em tramitação é acenar com a possibilidade de incorporação ou de mobilidade social para setores da população negra a partir de uma plataforma de desenvolvimento ou de crescimento nacional que vai fazer parte do debate das eleições que se aproximam.
23. Novamente está em debate a integração do negro na sociedade de classes e isso diz respeito as possibilidades e limites do capitalismo brasileiro de ajustar a distancia social entre as classes, de incorporar o negro, como parcela excluída da sociedade e de criar condições objetivas para o seu acesso e participação nos benefícios sociais dispostos na sociedade brasileira.
24. O desafio está em discernir, criticamente, no jogo da conjuntura política neoliberal qual é a perspectiva do Governo Fernando Henrique Cardoso, novamente em aliança com um setor do movimento negro que o apoia e que tem servido de base de sustentação ao seu governo e aponta para uma pontual incorporação das demandas por políticas de combate ao racismo e representação político-institucional, num período final do mandato presidencial.
25. Ao pensar a implantação de política sociais em tempo de regulamentação do Estado Mínimo é preciso estar atento e refletir sobre os interesses das forças políticas, das classes, dos grupos sociais, das relações de raça/etnia para se implantar essas políticas.
26. Está em marcha um diálogo, aparentemente surdo, entre as reivindicações dos chamados novos movimentos sociais - que defendem igualdade de condições sociais para os diferentes, e as políticas governamentais brasileiras em resposta à essas demandas.
27. São inúmeras as estratégias que a ideologia neoliberal poderá lançar mão para sobreviver diante das críticas às inconseqüências da globalização, que, na verdade, têm acentuado a exclusão social, a intolerância à diferença e o acirramento do racismo, para falar apenas dos aspectos mais evidentes da conjuntura internacional.

### **O debate sobre a política de ação afirmativa ou de cotas**

28. No debate sobre as possibilidades de implementação de política afirmativa, sob o arco das forças que sustentam o governo de FHC, destaca-se uma possível divisão ou uma falsa postura de derrota de alguns setores do governo. Como exemplo o Ministro da Educação, Paulo Renato, contrário a implantação da política de cotas proposta pelo Comitê Nacional responsável pela preparação da participação brasileira na III Conferência Mundial da ONU contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, realizada em Durban, África do Sul, de 31 de Agosto a 07 de Setembro de 2001. Mas o que ocorre, concretamente, é a construção de mais um órgão institucional de caráter consultivo com o objetivo duvidoso, diante do programa de governo excludente desenvolvido por FHC, de acompanhar e avaliar a implantação de políticas públicas afirmativas.
29. Durante e após a realização da III Conferência Mundial contra o racismo a imprensa pautou o debate em torno das controvérsias a respeito da política afirmativa, que no Brasil é interpretada e na pratica efetiva-se como políticas de cotas.
30. Por mais que se diga que política afirmativa não é reserva de vagas ou cotas, que é apenas um instrumento para a inclusão da população negra através de cotas na educação, mercado de trabalho, mídia e etc., o que se vê é o avanço de uma política governamental

que, respaldada por dados estatísticos, diagnósticos, e apoio de setores do Movimento Negro, defende por meio das cotas a inclusão de negros e negras nas universidades públicas, como uma política de resultado mínimo diante do dilema do racismo na sociedade brasileira.

31. Tal política tem seduzido tanto as forças conservadoras como as mais progressistas do país. A título de exemplo veja o Projeto do Senador José Sarney em tramitação no Senado Federal e o Projeto de Lei do Deputado Federal Paulo Paim PT/RS, que apontam para a regulamentação de cotas na educação e mídia.

32. É importante lembrar que ainda esta latente no imaginário de negros e brancos brasileiros a luta dos afro-norte-americanos contra a política segregacionista dos EUA, embalada no movimento por direitos civis da década de 60. Essa experiência histórica tem sido considerada como relevante e um fator de legitimação para a implantação de políticas afirmativas aqui no Brasil.

33. Mas, é necessário e importante lembrar que a implantação da estratégia norte-americana para atenuar os conflitos raciais chega ao país com quatro décadas de atraso, num momento de refluxo dos movimentos sociais afro-americanos e de avanço da política conservadora do Governo Bush, que restringe as políticas sociais (a mesma política desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso nos seus dois mandatos) e está legislando contra as políticas públicas afirmativas em vários Estados Norte-americanos, a exemplo ver as investidas dos conservadores californianos que estão estabelecendo legislação restritiva a política afirmativa.

34. Voltando ao debate interno do país, o curioso é que tanto as forças conservadoras quanto as progressistas têm manifestado adesão ou rejeição à implantação das políticas afirmativas por motivos radicalmente diferentes.

### **O posicionamento das forças conservadoras**

35. Muitos conservadores brasileiros são contra a política afirmativa porque sequer conseguem imaginar uma política de expansão dos benefícios sociais, visto que estão assentados nos privilégios, garantidos pelo caráter desigual das relações sócio-raciais. Comungam uma ideologia racista do tipo tradicional, semelhante ao comportamento dos conservadores sulista norte-americano.

36. Mas isso não é tudo. Há outras vertentes.

37. A ideologia racista cultural que afirma que a diferença é um dado da cultura e justifica a existência natural das diversas raças/etnias, onde alguns desenvolveram o bom desempenho das habilidades físicas e artísticas enquanto outros são mais dados à racionalidade tecno-científica

38. A ideologia racista neoliberal, mais moderna, atualmente hegemônica no Brasil, admite o racismo por pressão dos movimentos sociais, mas na utilização da estratégia de negociação para amenizar as contradições sócio-raciais, implementa uma política de cima para baixo, de menor custo e alcance social. Assim, de forma oportuna, instrumentaliza o direito à diferença para se sustentar no jogo da disputa política por destinos da sociedade brasileira.

39. É o que chamamos de uma política racial perversa do Estado Mínimo, que longe de combater as estruturas do racismo fundadas nas desigual condição social de 44% da

população brasileira, procura institucionalizar políticas mínimas para dar ao Estado brasileiro uma publicidade democrática. Em outras palavras, uma estratégia conservadora travestida de liberal que retorna com uma nova roupagem e reedita o que o movimento negro pensa ter enterrado: o mito da democracia racial.

40. Essa política tenta dialogar e seduzir apenas um setor que é minoritário, a população negra universitária. Não dá resposta ao dilema de quase 65 milhões de brasileiros que nesses últimos 500 anos resistiram pôr inúmeras gerações sob a mais cruel e desigual condição social e contra toda uma política de Estado que impedia a superação deste quadro, na medida em que negava a existência do racismo como um mecanismo que restringe a participação da população negra e pobre na sociedade de classe, confinando-a aos espaços da periferia das cidades, aos baixos salários, aos subempregos, a comercialização da sua cultura a preços baixíssimos, a educação pública de péssima qualidade, ao extermínio por ação da violência policial, a feminilização da pobreza, principalmente, da mulher negra.

41. Essa é a ideologia racista moderna que ora explora o negro por sua condição de classe, ora explora o negro por sua condição racial, ora por sua condição de gênero.

### **O posicionamento das forças progressistas e de esquerda**

42. Alguns setores dos partidos políticos e mesmo setores do movimento negro atuantes no campo da esquerda fazem a denuncia desse racismo do tipo moderno. Colocam-se contrários a implantação de políticas afirmativas ou de cotas, simplesmente porque é uma política paliativa e de pequeno alcance social diante do dilema do negro brasileiro: no Brasil a maioria da população pobre é negra.

43. São setores, entre eles o nosso partido, o PT, que mesmo denominados como progressistas ou de esquerda e incorporando o discurso da necessidade de uma política de combate ao racismo, esse bloco de forças ainda repetem um antigo equívoco: secundarizam as contradições raciais ou emitem outros aspectos estratégicos para a compreensão da realidade brasileira, não incorporando a dimensão racial como fundamental para a superação das desigualdades e para a construção de um projeto político de desenvolvimento e de transformação da realidade do país.

44. Ao não compreender o papel e a importância do racismo na estruturação e reprodução de desigualdades em nossa sociedade, esse bloco de forças torna-se, ainda que involuntariamente, cúmplice da ideologia racista hegemônica que denunciemos no bloco de forças anterior, o das forças conservadoras.

### **O debate que estamos propondo: que Estado tem condições de implementar políticas públicas de ação afirmativa para o combate e superação do racismo no Brasil.**

45. A classe dominante brasileira, tanto na sua versão urbana do tipo industrial quanto do tipo rural não foram capazes de incorporar a população negra na estrutura de produção e consumo, por isso são alarmantes os índices de desemprego e desigualdade na política de distribuição de renda quando se compara a mobilidade social entre negros e brancos.

46. Qualquer projeto de governo que não atender, prioritariamente, às fortes demandas por incorporação social da população trabalhadora negra e pobre, certamente, não poderá superar o racismo.
47. É fundamental uma política governamental que combine incorporação na esfera do emprego e distribuição de renda, no campo e na cidade, com a legitimidade do direito à diferença, que reconhece a necessidade do recorte de raça/etnia/gênero nas políticas públicas a fim de atingir a população negra e trabalhadora.
48. Tal articulação só é possível em Estado do tipo distributivo e capaz de reverter através do seu projeto ideológico os interesses do Estado para os de baixo, aqueles que tem direito a ser diferente, não porque são diferente em si, mas por que foram alijados dos benefícios sociais exatamente por que eram diferentes. Assim, é possível desconstruir a lógica do racismo.
49. As reformulações na esfera da superestrutura, principalmente, as de caráter juridico-política e estão na competência do Estado. São uma resposta dada através das leis, dos interesses de religião, da educação, partidos e segurança pública, que só têm eficácia quando são expressões do progressivo atendimento à quebra da resistência ao fim das desigualdades sócio-racial.
50. Os sujeitos organizados, os de baixo, devem ter olhar crítico para com as direções e / ou negociadores.
51. Nem sempre eles dialogam ou representam os interesses dos de baixo, trabalhadores, pobres e negro.
52. Nem sempre quebram a ideologia conservadora e invertem os interesse de classe, raça e gênero.
53. As políticas públicas precisavam ter esses recortes para oferecer melhor condição social para superarmos a desigualdade, o racismo e o machismo.
54. Os programas de combate ao racismo devem ser implantados até atingir todos os órgãos e serviços públicos que prestam serviços de qualidade à população. O combate ao racismo é uma política pública que interessa e diz respeito a negros e brancos no Brasil.
55. Certamente, ela não será implementada de forma harmoniosa, mas lutar é superar as contradições e acreditar que **vencer é possível!**

#### As influências de Durban nesse debate

56. O movimento negro brasileiro, através de várias atividades que estão sendo organizadas em diversos Estados, começa a esboçar uma avaliação ou posicionamento sobre as consequências da III Conferência Mundial contra o Racismo realizada em Durban, na África do Sul, aqui no Brasil e no mundo.
57. Avaliação que aponta a importância do processo de organização para uma nova qualidade do combate ao racismo em todos os países que participaram da Conferência e uma visão vitoriosa das conquistas que estão presentes aprovadas no documento final de Durban, que mesmo com suas limitações pode ser um importante instrumento de luta contra o princípio da igualdade de oportunidades que promovem a democracia liberal – burguesa e a globalização neoliberal capitalista que implementada em todo o mundo, tornou-o repleto de iniquidades, que agravam e perpetuam as desigualdades.

58. Entretanto, devemos ampliar essa avaliação para o que aconteceu no Estados Unidos, em Manhattan, no dia 11 de Setembro, quando muitas das delegações que participaram da Conferência retornavam as seus países.

Os conflitos e resultados da Conferência aliados aos acontecimentos de 11 de Setembro explicitam os objetivos de um projeto que se pretende hegemônico no mundo, liderado pelos Estados Unidos e apoiado pelas grandes potências Ocidentais: um bloco civilizatório que se manifestou perversamente durante a Conferência, que reconhece no máximo seus excessos cometidos para a construção desse mundo ocidental.

59. A Conferência e os acontecimentos de 11 de Setembro desnudam essa realidade e apontam para elementos estruturais que não tem sido considerados tanto pelas forças de direita como de esquerda para uma leitura do mundo contemporâneo: raça/etnia, xenofobia, religião e cultura.

60. Certamente são questões que se consideradas contribuem para a concretização de novas estratégias de combate ao racismo no Brasil e no mundo.

### **Nosso objetivo nesse debate: combater o racismo e construir o Partido dos Trabalhadores**

*É impossível a cidadania do povo negro nos limites do atual modelo econômico e político do país;*

*é impossível pensarmos transformações estruturais na sociedade brasileira sem o tratamento devido da questão racial negra;*

*o combate ao racismo é estratégico seja na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, como para projetarmos uma sociedade futura, multirracial e, principalmente socialista.*

61. Estes são os principais pontos de nossa estratégia de intervenção do debate de idéias e na construção do Partido dos Trabalhadores. São consequências dos acúmulos teóricos, dos discursos e práticas do PT no combate ao racismo ao longo de seus vinte e um anos de existência.

62. Acúmulos, discursos e práticas que precisam ser confrontados com a realidade destacada nessa tese que estamos apresentado e pelos inúmeros documentos, estudos e pesquisas produzidos pelas entidades do movimento negro e por órgãos governamentais e não-governamentais, durante o processo de organização da III Conferência Mundial contra o Racismo.

63. Eles confirmam o que a luta anti-racismo tem demonstrando há tempos no Brasil no debate tanto com as forças conservadoras como com as forças progressistas e de esquerda, entre elas o Partido dos Trabalhadores: as desigualdades entre negros e brancos são consequências do racismo que há séculos atua como um instrumento de exploração, opressão e dominação de classe. Que determina a participação subordinada de grupos não-brancos na estrutura de poder e riqueza de nossa realidade.

64. Aprofundar o debate sobre as estratégias de combate ao racismo frente a essa realidade é a principal proposição da Chapa Vencer é possível para a próxima gestão da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo.
65. O roteiro/temário para esse debate foi indicado pelo Coletivo da SNCR que termina sua gestão no VII Encontro Nacional de Combate ao Racismo:
66. o debate em torno das relações raciais e no mundo, diante do atual quadro político, econômico, social, cultural, em tempos de globalização e neoliberalismo;
67. o debate sobre as estratégias do movimento negro contemporâneo e seus principais desafios;
68. o debate conceitual sobre a construção de um pensamento de esquerda no Brasil, em torno das relações raciais, de gênero e de livre orientação sexual;
69. o debate sobre o racismo, a discriminação racial, a xenofobia, as formas de opressão e de intolerância, na construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo: a sociedade socialista;
70. o debate sobre a questão racial, políticas públicas e territórios urbanos: a incorporação de novas demandas sociais e de temáticas como trabalho e religiosidade;
71. A tese que estamos apresentando e, sem nenhum demérito, as demais teses que serão apresentadas no VII Encontro não conseguirão dar conta desse roteiro/temário.
72. A proposta de **Vencer é Possível** é que a nova gestão da SNCR organize para o primeiro trimestre de 2002 a proposta há tempos aprovada em encontros passados de realização de uma Conferência Nacional de Combate ao Racismo, precedida de Conferências Regionais, que cruze o debate desse roteiro/temário com a necessidade de elaboração de um Programa de Governo para as eleições de 2002 e de um planejamento estratégico para a intervenção da Secretaria nos seus próximos 3 (três) anos.

Outubro de 2001.